

UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO E REGULAÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE INSUMOS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS DE CAMPO MOURÃO - PR

An analysis of the coordination and regulation structure of the medical – dentistry cluster in Campo Mourão-PR

Un análisis de la estructura de coordinación y regulación de el cluster de artículos dentales médica de Campo Mourão - PR

Tiago Roberto Alves Teixeiraⁱ
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Brasil

Áurea Andrade Viana de Andradeⁱⁱ
Universidade Estadual do Paraná - Brasil

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a estrutura de regulação e coordenação do Arranjo Produtivo Local Médico-Odontológico do município de Campo Mourão - PR, o qual se destaca pela produção de produtos médico-odontológicos como autoclaves, filtros para hemodiálise, indicadores biológicos entre outros. Este aglomerado industrial é marcado por uma gestão público-privado onde o município juntamente com empresários criou diversos incentivos legislativos, para que o arranjo produtivo pudesse se modernizar e também desenvolver o município, porém considera-se que estas relações públicas privadas no sistema de gestão simplesmente buscaram beneficiar uma determinada classe social, cumprir seus interesses e não o da população do município.

Palavras-chave: arranjo produtivo médico-odontológico; estrutura de regulação e coordenação; município de Campo Mourão.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the structure of regulation and coordination of the Medical - Dentistry Cluster in the city of Campo Mourão - PR, which stands for the production of products such as autoclaves, filters for hemodialysis, biological indicators etc. This industrial cluster is marked by public-private management where the city along with several entrepreneurs created regulatory incentives for the development of the cluster and also for the development of the municipality, but here its considered that these public-private relations in management system, simply sought to benefit a particular social class, to fulfill their interests and not the general people.

Keywords: medical – dentistry cluster; structure of regulation and coordination; Campo Mourão's city.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar la estructura de la regulación y coordinación del cluster médico-dental del municipio de Campo Mourão - Paraná, que se destaca por la producción de productos médicos, tales como autoclaves dentales, filtros para hemodiálisis, entre otros indicadores biológicos. Este grupo industrial se caracteriza por una gestión pública-privada, donde el municipio junto con empresarios crearon varios incentivos legislativos para que el arreglo productivo podría se modernizar y desarrollar el municipio, pero se considera que estas relaciones en el sistema de gestión pública-privada simplemente trató de beneficiar una determinada clase social, alcanzar sus intereses y no de la población del municipio.

Palabras clave: cluster médico-dental; estructura de coordinación y regulación; municipio de Campo Mourão.

INTRODUÇÃO

Atualmente com a globalização as grandes corporações têm atingido todas as regiões do globo, assim acirrando a competição entre as empresas e dificultando o desenvolvimento dos pequenos empresários. Como resposta a este fato, empresas locais têm, em conjunto, buscado medidas para conseguirem resistir a competição e permanecer no mercado. Como exemplo cita-

se os Arranjos Produtivos Locais (APLs), um grupo de pequenas empresas que produzem mercadorias similares ou que têm alguma relação entre si, as quais cooperam, interagem e participam de processos de aprendizagem uma com as outras, assim se fortalecem e resistem à competição.

A gestão destas empresas é marcada por políticas mistas, público privadas, onde agências

e instituições (públicas e privadas), juntas tomam decisões para o desenvolvimento econômico das empresas e da sociedade.

Assim por meio de incentivos (fiscais, monetários, legislativos) o governo passa a investir no desenvolvimento do APL, visando a geração de emprego e renda para a população, e consequentemente desenvolver economicamente e socialmente o local.

Em Campo Mourão há o caso do APL Médico-Odontológico (conjunto de 14 empresas), que fabricam desde um reprocessamento automático de filtros de aparelhos de hemodiálise¹ até autoclaves² e equipamentos para a movimentação e higiene de pessoas com limitações físicas. Este APL em conjunto com o governo municipal, estadual e federal tem-se desenvolvido modificando o espaço geográfico e suas relações de poder.

O APL neste caso tem recebido diversos incentivos municipais, sendo este o objeto de análise deste trabalho, isto é, analisar como este processo tem ocorrido, assim como, as vantagens e desvantagens desta gestão público privada.

Portanto, aqui serão analisadas as diversas maneiras que as políticas públicas do município de Campo Mourão tem incentivado o APL, e até que ponto isto tem sido viável à sociedade como um todo, já que o Estado deve ser visto como um agente o qual busca o bem comum da população e não de uma determinada classe.

Desta forma pode-se afirmar que tal pesquisa é somente uma mera contribuição para

futuras discussões pertinentes a políticas públicas e desenvolvimento local.

A metodologia foi dividida em duas fases, primeiramente realizou-se um levantamento bibliográfico de monografias, teses, artigos e livros que tratam sobre Arranjo Produtivo Local.

Na segunda fase de cunho empírico buscou-se identificar e analisar as empresas do APL no município, assim como, as instituições públicas e privadas da governança do APL, objetivando compreender as formas de coordenação e regulação do aglomerado. Nesta etapa, do mesmo modo, analisou-se o sistema de redes do APL e a implicância desta configuração para as relações de poder. Procurou-se também identificar e analisar as relações políticas entre o APL e o governo municipal por meio de suas ações de incentivos.

Para a pesquisa dados foram pesquisados nos seguintes órgãos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, no Serviço Social da Indústria - SESI, na Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, na Financiadora de Estudo e Projetos - FINEP, e no SENAI. Outras fontes de pesquisas foram: Cristófoli Equipamentos de Biossegurança, sites e jornais, site da prefeitura municipal de Campo Mourão, publicações do Diário Oficial do Estado, as Leis Municipais e por fim a Fundação Educere.

DO GLOBAL AO LOCAL, OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Neste item será discutido sobre as mudanças em nível global, e principalmente em nível local, geradas pela transformação do sistema capitalista, enfatizando as modificações espaciais ocorridas nos municípios quanto às suas relações com os micro e médios empresários, mais especificamente nos Arranjos Produtivos Locais.

É a partir de 1970 que as análises marxistas na geografia vão ganhar ênfase no Brasil, isto se deu graças a uma intensificação das desigualdades sociais, e contradições espaciais, onde a emergência do sistema capitalista de acumulação-flexível reproduziu no espaço complexos fenômenos, que não podiam mais ser respondidos por um paradigma ultrapassado, cheio de dualismos e singularidades.

O sistema capitalista de acumulação flexível emergiu, ancorado na busca em romper as barreiras do espaço e do tempo, objetivando a maximização do lucro, e no bojo desta busca as consequências se materializaram e se materializam, mudanças no espaço que têm como finalidade viabilizar o lucro, reflexos das contradições do sistema.

A relação de produção e a força produtiva estão em constantes mudanças, mudam o espaço para que haja circulação e distribuição de maneira rápida e longínqua, investem em tecnologia assim modificando as relações de produção, buscam se expandir geograficamente.

David Harvey afirma que “O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e

inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária que, incessantemente e constantemente reforma o mundo em que vivemos” (HARVEY, 2005, p.43). O autor ainda assevera que na circulação do capital o objetivo é vencer o espaço e o tempo, dominar o tempo de trabalho e transformá-lo em lucro dentro do tempo de rotação socialmente necessário, portanto o espaço aparece como um empecilho frente à busca da rápida circulação e venda de produtos. Assim havendo a necessidade de superar o espaço pelo tempo, se constrói rodovias, ferrovias, redes de transportes, redes de comunicação relacionadas à necessidade de máximo lucro e consumo dos produtos.

Estas formas se materializam no espaço geográfico conforme a história (em razão da tecnologia de cada época, formas de governo, relações de produção etc.), relações que vão se transformando conforme a necessidade do capitalismo. Neste contexto valoriza-se não mais somente a localização da empresa como sendo fator determinante de seu desenvolvimento, mas sua logística e a quantidade de informação materializada no produto. Assim iniciou a corrida pelo domínio da informação, de produtos com alta tecnologia, por isso empresas investem tanto em centros de pesquisa e tecnologia. Como instrumento da busca em anular o espaço e o tempo, assim como pelo domínio da informação analisa-se o papel das redes como fator determinante para que isso ocorra.

O conceito de espaço é entendido conforme as discussões realizadas por Lefebvre (1969) no livro "Direito à Cidade", como uma tríade entre as práticas espaciais materiais, as interações físicas e materiais (espaço vivido), os signos e significações, códigos e conhecimentos (espaço percebido) e as invenções mentais que imaginam novos sentidos para as práticas espaciais (espaço imaginado).

Ainda de acordo com Lefebvre (1969) o espaço não é um instrumento político, nem um campo de ações, vai além, sendo o locus da reprodução das relações sociais de produção, reprodução da sociedade, onde suas formas são linguagens do modo de produção, assim as relações sociais são inflexionadas pelo espaço, porém o autor ressalta que o espaço não é uma mera cópia dos processos produtivos, mas componente das relações de produção e age neles.

No livro "Espaço e Política": Lefebvre (2008) assevera que:

O espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, "vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções, nem como produto da sociedade, "ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional" (LEFEBVRE, 2008, p. 29 - 30).

Portanto o espaço aqui é entendido como o locus da reprodução do capitalismo, reprodução da sociedade, mas não somente reprodução, faz parte do processo total sendo também produtor,

assim produtor e reproduzidor. Esta análise de Lefebvre influenciou as discussões geográficas sobre o conceito do espaço. Vários geógrafos foram influenciados pelos pressupostos teóricos metodológicos, a exemplo de Milton Santos e David Harvey.

Para Santos (1977) em "Sociedade e Espaço" o geógrafo deve analisar o espaço como sendo a linguagem do modo de produção, ou resultado das ações dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais.

Na obra "Condição Pós-Moderna" Harvey (1994) conceitua o espaço como relativo, absoluto e relacional. Relacional pois, o objeto somente existe quando está em contato com outro objeto, relativo já que sua medida ou distância depende de nossos sentido e absoluto como o receptáculo de todas as ações.

Sabe-se que há uma relação direta entre a imersão das redes e as novas espacialidades. Castro, Corrêa e Gomes (2003) afirmam que os processos de integração produtiva, integração de mercados, integração financeira e de informações redesenharam o mapa do mundo, países e regiões, assim emergindo as redes simultaneamente e instantaneamente.

Na visão de Santos (2006) as redes possuem um aspecto material (infraestrutura) e social-político (pessoas, mensagens e valores), portanto material e imaterial, rede técnica e rede social, as quais estão presentes em todas as esferas da sociedade, articulando-as e integrando-as.

Outra contribuição é de Haesbaert (2006), pois percebe a importância das redes e destaca que os processos de produção do espaço envolvem sempre, conseqüentemente a desterritorialização e reterritorialização dentro das dimensões políticas, econômicas e culturais onde as redes de circulação e comunicação são essenciais a estes processos.

As sociedades tradicionais eram cada vez mais territorializadas, enraizadas, e a sociedade moderna foi se tornando mais reticulada, isto é transformada através de fluxos cada vez mais dinâmicos, de tradicional se torna mais moderno e globalizado. Isso gera um processo de desterritorialização. (HAESBAERT, 2006, p.123)

Seguindo a mesma discussão Saquet (2007) afirma que as redes de circulação e comunicação substantivam o território, territorializa, se apropria de espaços, constrói e desconstrói, dialeticamente.

Santana (2007) analisa as redes como um dos meios de se controlar ou dominar o território, fato também apontando por Harvey (2005) ao analisar que o controle do fluxo de informações se converteu em arma vital na batalha competitiva, das empresas que visam o domínio do mercado.

Ao discutir o papel das redes na sociedade Sposito (2008) conclui que as redes de circulação (pessoas e mercadorias) e informação modificam as relações entre as pessoas, a organização interna das cidades, a cultura, os sistemas de produção e etc.

Portanto, é por meio das redes que as informações são transmitidas, por meio das redes o poder é exercido, as redes constituem no espaço territórios imateriais e materiais, múltiplos, dentro de um processo histórico e relacional. Nesta perspectiva, Saquet assegura que:

[...] O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários [...] (SAQUET 2003, p. 24).

Sendo por meio das redes (materiais e imateriais) que as relações de poder surgem e se dão, é, portanto por meio das redes que os territórios serão construídos e desconstruídos, espaços serão apropriados e receberão identidades, conforme as características culturais, econômicas, políticas e naturais, objetivadas por certos atores.

Em suma a expansão das redes está ligada com a dinâmica do sistema capitalista, sendo principalmente a partir da década de 1950, que se vê uma expansão destas em nível global, consequência das seguintes características: mercado interno dos países desenvolvidos saturados, matérias-primas a baixos preços nos países subdesenvolvidos, assim como a mão de obra barata e a falta de políticas de proteção ambiental, culminando com a expansão das multinacionais. Face a este panorama as multinacionais, empresas que se instalaram em

países subdesenvolvidos para ampliarem seu mercado consumidor, articulado com o modelo liberal nas nações, ganham o cenário mundial.

O Modelo liberal discutido por Sposito (2004) no livro “Geografia e Filosofia” é marcado por um esvaziamento do Estado, o qual passa a ser influenciado, ou até controlado pelas grandes corporações. Dentro deste cenário de globalização as grandes empresas passam a controlar o mercado (quando analisamos em termos de concorrência), já que possui alta tecnologia, matéria-prima a baixo custo, melhores localizações, incentivos fiscais e marketing, onde as empresas nacionais, principalmente as pequenas e médias empresas começam a ter uma grande instabilidade econômica face à “desleal” concorrência com as transnacionais.

Porém em meio a este quadro, pequenas e médias empresas começam a resistir ao fenômeno, ganhando força a partir do momento que buscam se desenvolver em conjunto, cooperando umas com as outras, onde juntas se fortalecem e assim como as grandes empresas passam a ter poder para mudar a realidade local, as políticas municipais, estatais e até federais, sendo uma resposta da pequena burguesia aos seus irmãos bastardos.

Isso nos remete a afirmação de Ribeiro (1995) em “A Quem Interessa a Globalização” ao discutir que a globalização não deve ser vista como uma homogeneização, ou igualdade, mas sim uma fragmentação, fruto do sistema dialético, onde o mundial entra em contradição com o local, neste caso as empresas globais se

confrontando com as micro e médias empresas no lugar. Neste sentido, é no lugar onde se vê a contradição, os excluídos econômicos e sociais.

Porém poucas são as análises nesta perspectiva como se percebe na fala do autor “No debate sobre a globalização não temos encontrado análises que consideram os fragmentos que ele acarreta. Ao contrário, ressaltam-se as suas vantagens aparentes, porém sem configurá-las com maior precisão” (RIBEIRO, 1995, p.18)

Desta maneira no Brasil tem crescido o número de cidades com concentração de empresas que produzem mercadorias semelhantes, as quais são articuladas, interagem, cooperam e disseminam aprendizagem entre si, buscando resistir à competição com as grandes empresas. Neste sentido estas zonas são servidas por meios de conhecimento, e as empresas possuem maior capacidade de utilização das informações, desta forma tais localidades detentoras de recursos competem vantajosamente. (SANTOS, 2006)

De acordo com Porter (1999) aglomerados de empresas, o qual intitula de clusters, são aglomerações de empresas concentradas geograficamente, inter-relacionadas com fornecedoras especializadas, prestadoras de serviços que mantém a competição normal, porém cooperam entre si, já que há vínculos entre elas.

Giacomo Becattini (2004) define este conjunto de empresas como “distrito industrial” sendo estas uma entidade sócio-territorial caracterizada pela presença ativa das pessoas da

comunidade local e das pessoas das empresas em uma determinada área natural e histórica, como observa-se na citação “I define the industrial district as a socialterritorial entity which is characterized by the active presence of both a community of people and a population of firm in one naturally and historically bounded área”³. (BECATTINI, 2004, p.19).

Conforme as palavras de Poletto (2009) um arranjo produtivo seria:

Os APLs podem ser designados como aglomerações de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades do setor produtivo e que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem. (POLETTTO, 2009, p. 66)

Apesar dos conceitos parecerem similares, o cluster e arranjo produtivo local possuem certas diferenciações. De acordo com Cunha e Terra (2008) as discussões focadas em clusters, enfatizam o ganho do capital econômico, dos atores envolvidos, na competitividade, enquanto nos APLs o destaque é não somente nos ganhos econômicos, mas também na importância para o desenvolvimento local, a formação do capital social, a relevância das questões históricas e culturais que envolvem o aglomerado.

Neste estudo será empregado o termo Arranjo Produtivo Local, já que será enfatizado, as relações público privadas, questões históricas locais, e sobre o desenvolvimento local.

Ao analisar a trajetória dos APLs no Brasil percebe-se uma forte ligação destas empresas

com a constituição de 1988, pois aqui os municípios se tornam um ente federativo, recebendo autonomia, isto é, poder para legislar sobre determinados assuntos.

Podendo estabelecer impostos e tributos municipais, participar na arrecadação de tributos estaduais e federais como 50% imposto territorial rural, 70% operações sobre o ouro, 50% sobre o imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA, 25% do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, 25% imposto sobre produtos industrializados - IPI e 21% do imposto de renda - IR. (PINTO, 2002)

Mas qual a relação da Constituição de 1988 e o APL? O APL é marcado por um trabalho conjunto que articula um sistema de gestão público privado, o termo que tem sido utilizado nas análises de pesquisadores para este sistema é o de governança, sendo este definido por diversos autores como um processo que possibilita o Estado, as autoridades locais e o poder público a construir, em conjunto com a sociedade, em todos os níveis, decisões para o bem comum pensando nas consequências futuras. Conceito que pode ser visto na seguinte citação:

[...] exercício do poder e autoridade para gerenciar um país ou região, compreendendo os mecanismos, processos e instituições por meio dos quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses a partir dos consensos mínimos, acontecendo por meio de diferentes atores nas instituições e

organizações da sociedade civil, em redes de poder. [...] (DALLABRIDA E BECKER, 2003, p. 73)

A ideia aqui fixada é a de que o Estado deixa de ser ator e passa a ser facilitador, mediador entre atores, assim as estruturas de coordenação e regulação entre o setor público e privado dos arranjos produtivos são justificadas, onde o governo passa a criar órgãos públicos e a investir dinheiro para que haja um desenvolvimento econômico local.

Portanto percebe-se que há certo consenso entre muitos autores que discutem o sistema de governança, como sendo este, democrático e potencializador de desenvolvimento local.

Mas seria possível um consenso entre o proletariado e a burguesia? Ambos possuem metas em comum? Qual seria este consenso mínimo? Baixíssimos salários a altíssimos lucros, ou vice-versa? Para se aceitar esta concepção seria necessário desconsiderar a história da luta de classes, as divisões sociais, omitir os fatos de uma realidade existente, portanto deve haver uma maior reflexão crítica a está ideia. Como afirmou Poulantzas:

A relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de consenso, possui sempre um substrato material. Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das

classes dominadas (POULANTZAS, 1980, p. 36)

Desta maneira a Constituição de 1988 ao tornar o município um ente federativo autônomo (podendo arrecadar impostos e investir dinheiro diretamente em projetos que lhe interessa) o torna também um “recurso” ou “fonte de matéria-prima” (município) desejada pelos empresários, que buscam se “apropriar” deste para sustentarem e se modernizar.

Assim ocorre nos APLs, onde as empresas recebem investimentos públicos, por meio de doações de terrenos, dinheiro ou barracões, empréstimos a baixíssimos juros, escolas e fundações mantidas pelo governo para fornecer mão de obra qualificada às empresas e etc.

Porém até que ponto é benéfico para a população local que o governo passe a investir dinheiro público em determinadas empresas, e não em outros setores como saúde, educação, transporte e/ou segurança?

Esta situação demonstra o quadro apontado por Poulantzas apud David Harvey (2005) onde afirma que o poder do Estado pode ter toda a aparência de autonomia diante das classes dominantes, ao mesmo tempo em que expressa a unidade do poder de classe, onde o interesse da classe dominante se transforma num interesse geral ou comum, porém ilusório. Exercício do poder para o interesse de uma classe afirmando ser para o bem de todos.

Assim pode-se analisar este sistema de governança da seguinte forma: Os políticos que possuem a aparência de autonomia, quanto aos empresários, na verdade criam benefícios com

suas medidas, projetos, programas e leis, isto ao mesmo tempo em que iludem a classe trabalhadora criando a aparência de uma política do povo, ao afirmar que a sociedade em conjunto com os empresários toma as decisões.

Masson-Vicent (2008) discute a ideia de que este modelo de governança é nada mais que um instrumento do liberalismo, o qual busca limitar a ação do Estado e das autoridades eleitas, pois os atores privados tomam decisões conforme seus interesses, decisões que em tese deveriam ser tomadas pelo Estado, conforme o interesse da sociedade.

Ainda a autora ao analisar empiricamente esta ferramenta de gestão, aponta que não há uma participação significativa da população, mas sim de poucos representantes, estudiosos e associações. Sendo assim a tomada de decisões recai sobre uma determinada classe social, a qual influencia as tomadas de decisões conforme seus interesses.

Para Harvey (2005) no modo capitalista as noções específicas sobre “indivíduo”, “liberdade”, “igualdade”, “direitos” e “justiça” nada mais são do que ferramentas ideológicas que se ligam ao Estado, visando uma dominação de classe, garantindo seus interesses.

Atualmente o Estado tem sido usado como instrumento capitalista para as grandes empresas, se tornando cada vez mais subordinado ao capital, Harvey (2005) discorre que esta subordinação se materializada através de atos governamentais como regulação da competição, legislações que beneficiam os capitalistas em relação a salários e condições de

trabalho, infraestrutura social e física (importantes para a maximização do lucro, pois se os capitalistas tivessem que investir em infraestrutura o lucro diminuiria sendo assim se utiliza do poder Estatal, do dinheiro da população, para se beneficiarem e não em prol do povo).

O Estado passa a ser um pilar de sustentação para o desenvolvimento da burguesia, se submetendo aos interesses desta classe, em grande escala aos grandes burgueses e em nível local/municipal aos pequenos.

Poulantzas (1980) destaca que o interesse da burguesia pelo controle do Estado existe, pois o Estado não considera as lutas de classe, como se não houvesse, ao invés de considerar as lutas de classes leva em conta interesses econômicos diferentes, de indivíduos particulares. Desta maneira se oculta a divisão de classes, a classe trabalhadora é isolada e afastada do poder político, onde o interesse da classe dominante é aceito como senso comum.

O Estado organiza e reproduz a hegemonia de classe ao fixar um campo variável de compromissos entre as classes dominantes e classes dominadas, ao impor muitas vezes até às classes dominantes certos sacrifícios materiais a curto prazo com o fim de permitir a reprodução de sua dominação a longo termo (POULANTZAS, 1980, p. 213).

Sendo assim o Estado capitalista se apresenta como representante do interesse geral da população podendo dar uma passo para trás contra seus interesses para posteriormente dar dois passos rumo aos seus interesses.

Outro ponto discutido por Poulantzas (1980) é a burguesia sendo composta por diferentes grupos de interesses onde um grupo no poder lidera os outros conforme seus interesses.

A maioria das pesquisas sobre os APLs buscam enaltecer e exaltar o arranjo, como um meio de produzir solidariedade, desenvolvimento e distribuição de renda.

Porém analisando o APL e o sistema de governança nota-se o Estado apoiando o setor privado, investindo em empresas de forma direta e indireta, instrumento neoliberal limitando a ação do Estado e beneficiando uma classe dominante local, assim até que ponto o Estado por meio desta relação público privado tem beneficiado a sociedade? A grande parcela da população? Não seria esta política uma maneira de esconder as verdadeiras intenções dos detentores de poder, apregoando a participação da sociedade em decisões, apresentando simbolismos que somente se

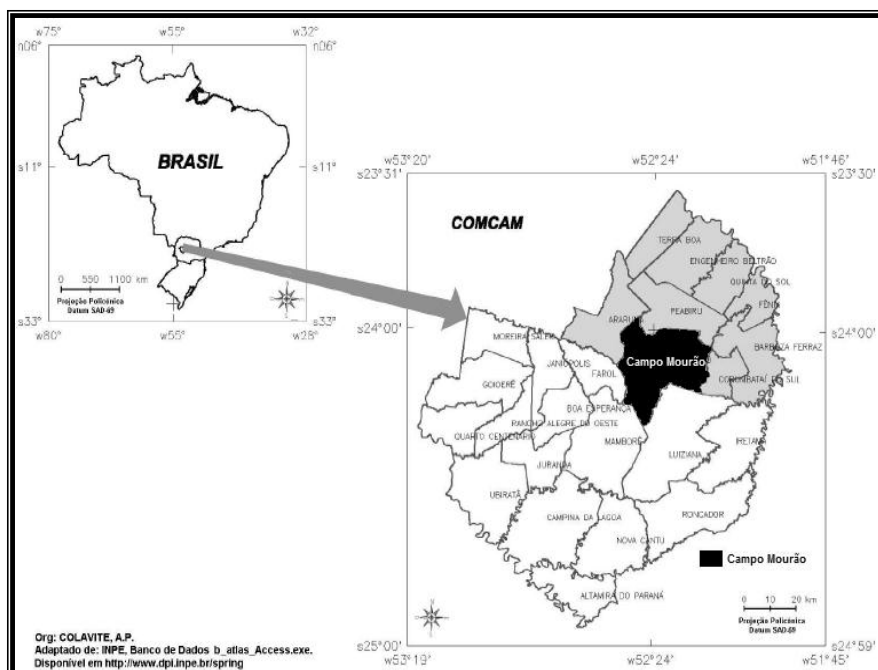
cumprem no mundo das ideias?

Assim se faz importante analisar como os municípios têm incentivado os APLs para que estes se desenvolvam economicamente, como recebem estes investimentos e se tem sido benéfico à população.

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL MÉDICO-ODONTOLÓGICO DE CAMPO MOURÃO-PR

Neste item será discutido sobre o Arranjo Produtivo Local Médico-Odontológico de Campo Mourão, questões pertinentes ao seu surgimento, e às principais características do arranjo e do município de Campo Mourão-PR.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (2009) o Município de Campo Mourão, situa-se no Estado do Paraná, na mesorregião Centro Ocidental Paranaense, possuindo uma população estimada de 85.896 habitantes, como visto no mapa 1.



MAPA 1 - Campo Mourão e a região da COMCAM.

O município de Campo Mourão é caracterizado por sua economia agrícola, principalmente pela alta produção de soja, milho e trigo, possuindo a maior cooperativa da América Latina, a COAMO Agroindustrial Cooperativa.

Município polo da região denominada COMCAM, - Comunidade dos municípios da região de Campo Mourão (total de 25 municípios os quais juntos totalizam mais de 300 mil habitantes), está localizada a 456 km de Curitiba.

Apesar desta sua característica agrícola o município tem-se destacado pelo crescimento do número de empresas que produzem mercadorias médico-odontológicas, ou produtos relacionados, sendo atualmente um dos 22 municípios a abrigar um Arranjo Produtivo Local no Estado do Paraná. (APLDASAUDE, 2010).

O Arranjo Produtivo local (APL) Médico-odontológico de Campo Mourão de acordo com a Rede APL (2010) gira em torno de produtos de base tecnológica, produzindo aparelhos de profilaxia odontológica⁴, equipamentos para laboratórios de análises clínicas, reprocessadora automática de dialisadores⁵, equipamentos de higiene e limpeza, indicadores biológicos, lavadora de instrumentais cirúrgicos, entre outros, possuindo cerca de 14 empresas as quais juntas geram em média 200 empregos comercializando 70 produtos em nível nacional e internacional.

Além destas 14 empresas há grande possibilidade de uma expansão do APL para a

região da COMCAM, uma vez que o município de Peabiru que se localiza aproximadamente 15 km de Campo Mourão, já possui uma empresa ligada ao APL de insumos médico-odontológicos.

De acordo com as informações do Sebrae (2010) o faturamento anual destas empresas se caracteriza da seguinte maneira: empresas de porte médio entre R\$ 10.500.001,00 e R\$ 60.000.000,00 e micro empresas entre R\$ 216.001,00 e R\$10.500.000,00.

Para Maybuk (2009) as mercadorias do APL têm como destino a região sul (21,88%), região sudeste (19,14%), as regiões centro-oeste e nordeste (14,89%), a região norte (12,76%), a América Central com (6,38%), países do MERCOSUL e América do Sul (4,24%) e Oriente Médio (2,12%).

A maioria das empresas do arranjo produtivo local é micro ou pequenas empresas, possuem um elevado faturamento anual, um baixo número de funcionários, onde a maioria de seus produtos é vendida para a região da COMCAM, provavelmente à empresa Cristófoli Equipamentos de Biossegurança. (SEBRAE, 2010).

De acordo com entrevista realizada com Ater Cristófoli, pela revista eletrônica Inovação Unicamp (2005), o início do APL Médico-odontológico de Campo Mourão se deu a partir da empresa de sua empresa, fundada em 1991, a "Cristófoli Equipamentos de Biossegurança", onde de acordo com o empresário, este era um simples vendedor de autoclaves⁶, o qual decidiu produzi-los, formando uma cadeia de

fornecedores e simplesmente montando o produto.

Nesta entrevista Ater Cristófoli afirma que no início buscou apoio do setor público para conseguir consolidar sua empresa, porém não recebeu incentivo, como visto na citação.

[...] Queria dinheiro para montar os laboratórios e para pagar os professores – pois eu só tinha o prédio e a ideia. O fato de não termos conseguido apoio é que criou o nosso diferencial. O que fizemos? Fizemos uma escola para poucos alunos, mas muito talentosos; uma escola sem lista de presença e sem prova. Qual a razão de termos agora em Campo Mourão nove empresas na área de saúde e a perspectiva de mais uma meia dúzia dentro de dois anos? O diferencial está na escola, que deu oportunidade a jovens talentosos de desenvolver alguma coisa e construir uma empresa.[...] (INOVAÇÃO UNICAMP, 2005)

A formação do APL de Campo Mourão tem relação principalmente com Ater Cristófoli e sua empresa Cristófoli Equipamentos de Biossegurança, sendo relevante discutir o papel da Fundação Educere, pois é a partir desta escola que surgem várias empresas consolidando o APL.

A Fundação Educere é uma escola técnica, centro de pesquisa para o desenvolvimento de produtos na área de saúde, assim como uma incubadora de empresas. Foi criada por Ater Cristófoli visando a geração de mão de obra e de empresas que pudessem produzir produtos a serem utilizados na CEB, assim não seria necessário comprá-los de outras regiões, portanto diminuindo o custo da produção.

Um dos papéis da Fundação é qualificar mão de obra, onde seleciona os melhores alunos das escolas estaduais (de acordo com Ater Cristófoli “os que tocam de ouvido”), e com a criatividade e inteligência destes alunos criam projetos viáveis, desenvolvendo produtos com potencial para a formação de uma empresa. Produtos pertinentes ao APL.

Sendo assim a fundação além de formar mão de obra é responsável pela criação de novas tecnologias, produtos os quais, são o pontapé inicial para a criação de incubadoras que futuramente serão empresas do APL local, já que tudo o que ocorre no local está relacionado ao arranjo. Fato que tem tido sucesso em seu objetivo, sendo responsável pela formação do APL.

As empresas criadas na Fundação Educere são: Alfa Eletrônica, Clean-Up Brazil Biotecnologia Ltda, Ortus Indústria e Comércio LTDA, Visium Biossegurança, Projetare – Projetos Mecânicos Ltda, MGE do Brasil, Saubern, Sieger Equipamentos Médicos Laboratoriais, Medical Via Láctea Ltda, Fuchs Equipamentos Médicos, Leve Vida Ltda e Evolutec Indústria e Comércio de Eletrônicos.

Partindo da discussão de Raffestin (1993) sobre conceito de território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p.144).

A Cristófoli Equipamentos de Biossegurança tem criado e dominado seu território, onde há uma busca pelo domínio e controle da informação, visto nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento de seus produtos, sendo esta informação materializada em mercadorias, com a criação de empresas que as fabricam. Sua busca pela territorialização do município também pode ser vista por meio da influência que o APL tem sobre as políticas públicas municipais, como será discutido posteriormente.

A necessidade pela troca de informação e a busca pela cooperação entre as empresas levam estas a se configurarem em formato de redes, estas empresas cooperam entre si, pois não fabricam produtos que concorrem, existindo também uma grande dependência entre a Cristófoli Equipamento de Biossegurança (CEB) e as outras empresas do APL, já que CEB é responsável por produzir informação, assim como é também responsável pela criação destas indústrias e compra a maior parte dos produtos fabricados.

A ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO E REGULAÇÃO DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL MÉDICO ODONTOLÓGICO: UMA PARCERIA PÚBLICO PRIVADA

Neste item será analisada a estrutura de coordenação e regulação do arranjo produtivo local Médico Odontológico de Campo Mourão objetivando compreender a relação de poder entre os diferentes atores e a implicância para a comunidade local. Para isso serão analisados os

principais atores locais, suas relações de poder e planos de ações.

As políticas públicas de apoio às indústrias têm se tornando algo corriqueiro nos municípios brasileiros. Tais políticas de incentivo compreendem que o processo de desenvolvimento local se dá por uma única via, a geração de empregos, por meio da empresa. É neste ponto que Santos (1997) traça fortes críticas, ao perceber que as empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares, em face da geração de empregos e modernidade que trazem, fato o qual, gera condições para que estas empresas façam requisitos para o governo, pedidos os quais podem ser feitos por meio de “chantagens” por meio de ameaças de abandono do local. Por conseguinte o interesse geral é deixado de lado e as precondições para a desordem e fragmentação são inseridas. (SANTOS, 1997)

A formação do arranjo produtivo local Médico Odontológico de Campo Mourão está intrinsecamente ligada à consolidação da empresa Cristófoli Equipamentos de Biossegurança, ambos centrados na figura do empresário Ater Cristófoli. É a partir da consolidação da CEB que medidas começam a ser tomadas para que o arranjo produtivo local fosse formado.

A estrutura de coordenação e regulação do arranjo produtivo local é marcada por relações de poder, as quais se dão por meio de redes, matérias e imateriais, formais e informais. Os principais nós desta rede de relações de poder

podem ser vistos na figura do empresário Ater Cristófoli, da Fundação Educare, do SEBRAE e do governo municipal.

Como dito anteriormente a Fundação Educere possui papel central para o arranjo produtivo local, pois além de qualificar a mão de obra é responsável pela criação de novos produtos e novas empresas, esta pertencia a CEB, porém a escola recebeu o título de Utilidade Pública Estadual, gozando então dos seguintes benefícios: Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, auxílio financeiro concedido pelo poder público local, isenção de tarifas públicas no município (água, luz). (FUNDAÇÃO EDUCERE, 2010)

Em 2009 a escola foi mantida financeiramente pelas seguintes instituições privadas: PADTEC (28.905,00 reais) e Cristófoli Equipamentos de Biossegurança (210.000,00 reais) e das instituições públicas: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (141.476,97 reais), Serviço Social da Indústria - SESI (6.387,00), Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI (14.386,11), e Financiadora de Estudo e Projetos - FINEP (92.143,91). Desta forma cerca de 50% dos fundos, a qual visa desenvolver as empresas do APL, são oriundos de instituições públicas. As doações feitas por empresas privadas às instituições de ensino e pesquisa podem ser, de acordo com a Lei 9.249/95 (aprovada no período do Governo de Fernando Henrique Cardoso), descontadas da base de cálculo do

imposto de renda do doador de até o limite de 1,5% do lucro operacional.

Desta maneira dos 100% doados, a empresa estaria realmente desembolsando cerca de 66%, pois os 34% restantes podem ser reduzidos do imposto de renda da empresa. No caso da "Cristófoli Equipamentos de Biossegurança" que doa a maior parte do recurso para a Fundação Educere, provavelmente tenha parte das doações deduzidas de seu imposto de renda, "lucrando", já que a fundação desenvolve produtos que vão beneficiar a própria empresa, ou empresas da rede que cooperaram umas com as outras.

As doações das empresas fazem parte dos novos meios de se competir no mercado, promovendo a instituição e fortalecendo sua imagem como corporação, onde estas utilizam as doações para adquirirem selos de responsabilidade social, ou de qualidade da empresa, fazendo assim marketing.

Assim a Fundação Educere com recursos oriundos de doações tanto de empresas quanto do governo, seleciona jovens talentosos para treiná-los, extraíndo deles inovações e projetos (ou no mínimo geram mão de obra qualificada) para que novas empresas apareçam e se desenvolvam firmando o APL, a rede de produção necessária para abastecê-lo, maximizando o lucro.

Neste ponto há uma grande vantagem para a CEB, pois com a fundação providenciando mão de obra especializada e barata, assim como, desenvolvendo pesquisas e incorporando

informação/tecnologia em seus produtos, a torna mais competitiva.

Para que o APL fosse consolidado Ater Cristófoli e sua empresa CEB buscou se envolver com várias fundações de influência política para converter as políticas municipais em benefícios para o arranjo.

Uma das instituições público privadas que mais tem ajudado no crescimento do APL é o Sebrae, onde junto com o APL elaborou o “Programa de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Insumos e Equipamentos Médicos de Campo Mourão”. (Rede APL, 2010).

Este programa tinha como principais propostas e metas os seguintes pontos: Sistematizar a formação de empreendedores, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, SEBRAE, Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão- FECILCAM, Faculdade Integrado de Campo Mourão - CIES, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UFTPR, Fundação Educere e o Núcleo Estadual de Educação e Secretaria Municipal de Educação, na busca da implantação de cursos superiores tecnólogos na área de tecnologia (Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica na FECILCAM e Biomedicina no CIES [curso já existente]); e implantação de três cursos técnicos: Desenho Industrial, Biotecnologia Básica e Eletrônica.

Outra meta seria a implantação de um Parque Tecnológico setorial e de um centro de P&D&I (pesquisa, desenvolvimento e inovação),

assim como potencializar a atuação da Educere por meio da Prefeitura.

Ressalta-se que as propostas não ficaram somente no plano da educação (criação de cursos), buscando agir na legislação municipal e pôr em práticas os incentivos fiscais federais e estaduais, e principalmente criar leis municipais com o objetivo de gerar um ambiente legal favorável ao processo de inovação e criação de empresas.

Para tal se propôs a criação do Fundo de Desenvolvimento - Pró-Campo, um projeto de desenvolvimento industrial com leis municipais objetivando a isenção de impostos e a criação de incentivos financeiros.

Pode-se ver no site do Município de Campo Mourão (2010) que o programa Pró-campo (enviado pelo SEBRAE com o “peso” do APL) à câmara de vereadores de Campo Mourão foi aprovado conforme a lei 1940 de 10 de junho de 2005, demonstrando as relações de poder entre o APL e o município, sendo nítida sua grande influência sobre as políticas municipais.

No site do Município de Campo Mourão (2010) são demonstradas as leis sancionadas pertinentes ao desenvolvimento do arranjo produtivo local, entre os artigos mais importantes deste conjunto de leis cita-se o Art. 2. o qual estabelece os instrumentos institucionais que devem dar aplicabilidade ao Pró-Campo sendo o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, os Distritos Industriais, o Projeto de Incubadoras e

Condomínios Industriais e o Projeto Polo de Turismo.

Desta forma no programa Pró-Campo foram estabelecidas as principais leis de incentivo ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas do município. Os principais benefícios dados às empresas são: isenção de todos os impostos municipais por um determinado período (5 a 20 anos conforme o número de empregos gerados), proceder à doação de áreas, realizar campanhas de marketing e cursos de formação e qualificação de mão de obra, dar assistência na elaboração de estudos de viabilidade e projetos de engenharia (assim como na área econômico-financeira), busca a aprovação de linhas de crédito, facilitar às empresas o acesso a recursos tecnológicos, o pagamento do aluguel durante um ano (caso a empresa tenha urgência em se fixar), e construir pavilhões, arrendar ou locar prédios, promover reformas e adaptá-los para cessão aos interessados.

Portanto, quando se analisa o projeto criado pelo SEBRAE intitulado de Programa de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Insumos e Equipamentos Médicos de Campo Mourão e as leis aprovadas no Pró-Campo, percebe-se que o programa Pró-Campo, foi uma resposta aos interesses do APL, enviadas no projeto do SEBRAE e que as leis acima apresentadas visam beneficiar em especial empresas que estão começando e que são de pequeno ou médio porte. (REDE APL, 2010)

Atualmente Ater Cristófoli é o coordenador da Federação das Indústrias do Estado do

Paraná - FIEP na região de Campo Mourão e junto com essa instituição tem modificado a territorialidade da cidade.

O APL de Campo Mourão por meio de suas relações, nas dimensões políticas, econômicas e culturais tem territorializado o município e modificado as políticas municipais de acordo com seus interesses, influenciando também diversos aspectos econômicos, já que o município investe dinheiro nas empresas ou deixa de arrecadar verbas para investir em outras áreas necessárias à população.

Ater Cristófoli tem buscado juntamente com a FIEP criar centros de formação técnica, como o SENAI, SENAC (ou simplesmente desenvolvê-los) ou criar convênios com a Universidade Tecnológica do Paraná, a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Faculdade Integrado, a Universidade Estadual de Maringá e com o SEBRAE, visando gerar mão de obra qualificada para beneficiar sua empresa e as do APL.

No site Colunadoelly (2008) afirma-se que Ater Cristófoli entregou a vereadores eleitos de Campo Mourão, documento elaborado por algumas entidades locais, o qual citava quais seriam as prioridades para o Município na gestão 2009-2012, no documento Cristófoli indicou Edson Staniszewski para preencher o cargo de servidor de carreira na Secretaria de Controle Interno da Prefeitura de Campo Mourão, tal documento foi enviado com o apoio da FIEP.

Este ato demonstra o poder que o APL tem no município, ao ponto de estabelecer para oas

vereadores as prioridades para o município, “prioridades para o bem comum da população mouroense”. Quais seriam esses benefícios? Teria a comunidade acesso a essas prioridades?

Outro exemplo da influência de Cristófoli e do APL é a construção do SESI, onde em matéria publicada pela Tribuna do Interior em 08/10/2010 afirmou-se que a construção se deu graças ao trabalho de recuperação da atuação do SENAI e do SESI por Ater Cristófoli, assim como reivindicações dele e de outros empresários.

O SESI em terreno doado pelo Município também construiu a Indústria do Conhecimento no bairro Lar Paraná, porém caberá ao município manter e conservar o local quanto à mão de obra, segurança, limpeza, manutenção de computadores e etc., porém a execução do programa fica a cargo do SESI.

Desta maneira o município doa o terreno, mantém todos os funcionários e a estrutura visando qualificar mão de obra para um grupo de empresários, em troca da geração de empregos, diga-se de passagem, poucos empregos.

A ampliação do SENAI no parque industrial e a construção da Indústria do Conhecimento de acordo com o site SENAI (2010) permitirão o fortalecimento do Arranjo Produtivo Local e o atendimento às necessidades industriais.

Ao analisar recentes reportagens jornalísticas percebe-se que face ao programa Pró-Campo e sua aprovação, várias empresas do arranjo produtivo têm sido beneficiadas, a partir da ideia de que estas serão responsáveis pelo

desenvolvimento local. Realidade discutida por Santos (1997) ao analisar que tem ocorrido uma transferência do poder do Estado para as empresas, política a qual tem como problema o fato de que as preocupações das empresas são particulares, diferente do Estado e dos municípios que devem se voltar ao bem-estar comum, desta forma há de acordo com o autor um abandono da noção de solidariedade.

Como dito anteriormente, vários foram os incentivos estabelecido no programa municipal Pró-Campo, e muitas são as empresas pertencentes ao arranjo produtivo local, as quais receberam ou tem recebido estes benefícios governamentais. Como exemplo cita-se a Usicampo, a Evolutec e a MGE do Brasil as quais receberam valores que variam entre R\$ 12 mil a R\$ 14,4 mil anuais para o pagamento de aluguel por um ano. Empresas como Clean-up, Ortus foram beneficiadas com doações de lotes municipais. Quanto a investimentos públicos em dinheiro as empresas Saubern juntamente com a Ortus receberam cerca de R\$ 2,5 milhões da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para desenvolver a primeira máquina de hemodiálise brasileira, recursos não reembolsáveis, enquanto a empresa Bio Visium Limpeza e Higiene conseguiu uma subvenção de R\$ 300 mil da FINEP, para desenvolver um equipamento que tritura e compacta o lixo orgânico em restaurantes e residências. Outro incentivo dado pelo governo municipal é visto na construção de barracões, os quais são utilizados gratuitamente pelas empresas que receberam concessão de uso, como é o caso da

Sieger, Fuchs e Ortus. (TV RURAL, 2009; DOE, 09/04/2009; DOE, 31/07/2009; DOE, 30/04/2008; DOE, 11/04/2008; TV CIDADE, 2008; DOE 17/04/2009; AGENCIASEBRAE, 2010)

O jornal O Liberal em reportagem publicada no 18/08/2009 afirma que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Campo Mourão através do Programa Pró-Campo repassou no primeiro semestre de 2009 incentivos no valor R\$350 mil, a maior parte por meio da isenção de tributos, como o IPTU e ISSQN (imposto recolhido mensalmente em razão da prestação de um serviço), pagamento de aluguéis e doação de terrenos. Os investimentos durante quatro anos chegam a mais de R\$ 6 milhões e mais de R\$ 1.875.000,00 na construção de 15 barracões Industriais, incentivos com recursos municipais, estaduais e federais.

Desta maneira por meio de políticas públicas privadas as empresas do APL têm sido beneficiadas com barracões, doação de terrenos, verbas não reembolsáveis, pagamento de aluguéis, isenção de impostos como ICMS e ISSQN, pesquisas feitas por faculdades ou agências, uso de máquinas do município, empréstimos, qualificação de mão de obra e marketing, recebendo em troca destes benefícios e incentivos a geração de cerca de 200 meros empregos.

Portanto levanta-se a seguinte reflexão, os R\$ 8 milhões investidos para gerar 200 empregos em quatro anos refletem uma boa política pública de desenvolvimento? Ou reflete

as ações do Estado em defesa do interesse da classe dominante, onde o Estado passa a ser uma mercadoria, a ser apropriada e utilizada para determinados interesses, conforme a classe que o controla? Não estariam estes planos de ação, orientados, apenas, para efetuar ações com um interesse particular e específico, o da atividade hegemônica do lugar? (SANTOS, 1997)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desmascaramento do liberalismo, onde se foi notório que a economia capitalista precisava de uma regulação que a desse suporte, adiando assim por um maior espaço de tempo as crises capitalistas, surge então o neoliberalismo apontando que os Estados não devem mais estar abertos a uma economia de livre mercado, mas sim uma economia regulamentada por órgãos estatais que coordenem o mercado.

Desta maneira surgem políticas públicas privadas onde o mercado se apoia e busca o suporte no Estado, exemplo claro disto é o sistema de governança dos APLs. Na discussão sobre governança muitos autores têm afirmado que o Estado, as autoridades locais e o poder público, em conjunto com a sociedade, tomam decisões para o bem comum pensando nas consequências futuras, onde o Estado é sim ator, e não somente o mediador entre a sociedade e as empresas.

No entanto Santos (1997) entende este processo como a não-política, no caso ações criadas pelas empresas, e vê este fenômeno

como o decreto de morte da política, pois privilegia somente uma parcela da sociedade enquanto a maior parte é deixada de fora.

No caso de Campo Mourão este sistema confirma as palavras de Harvey (2004) ao dizer que os termos “indivíduo”, “liberdade”, “igualdade”, “direitos” e “justiça” nada mais são do que ferramentas ideológicas que se ligam ao Estado, visando uma dominação de classe, garantindo seus interesses.

O APL de Campo Mourão e sua governança em nenhum momento foram construídos em conjunto com a sociedade, o programa Pró-Campo não teve nenhuma participação da população em sua construção. Então as empresas, mas especificamente a CEB, têm simplesmente em conjunto com os órgãos público municipais (mas não com a sociedade) tomado decisões para seu próprio bem (e não o bem comum), aqui o Estado é agente (que garante a realização dos interesses de uma determinada classe), juntamente com a empresa, os quais aprovam leis, programas e obras que visem o desenvolvimento econômico do APL.

Santos (2006) discute que os lugares possuem diferentes rentabilidades em virtude dos equipamentos, da infraestrutura, da acessibilidade e das leis locais, dos impostos, das relações trabalhistas, e da tradição laboral. Desta forma o autor analisa que há a possibilidade se pensar em uma produtividade espacial ou geográfica, se referindo ao “trabalho” do espaço, as condições artificiais que sobressaem resultado dos processos técnicos e dos suportes geográficos da

informação. Nesta direção pode-se analisar no arranjo produtivo local em estudo, que tem ocorrido a busca por um incremento da produtividade espacial, que vai além dos instrumentos técnicos, englobando também os instrumentos organizacionais.

No caso do APL, as relações ganham relevância, por estarem configurados em redes, estes cooperam entre si, inovam, trocam informações e se beneficiam mutuamente, ao ser um conjunto entrelaçado ganham força ou poder para influenciar as políticas locais.

Porém vale ressaltar que as redes de acordo com Raffestin (1993) podem ser apropriadas e usadas como “trunfos” no controle do território, já que se pode manipular a informação e usá-la a seu favor. Assim não é por mera coincidência a importância que a Fundação Educere tem e teve na consolidação do APL e em seu desenvolvimento, podendo ser considerada a “mãe” do arranjo produtivo.

O APL está configurado em rede, pois uma empresa coopera com a outra, porém a partir do momento que as empresas não mais satisfazerem os interesses umas das outras, a coesão que os mantém se rompe, já que o mercado é dialético, esta quebra pode ser causada pela competição, onde não ocorre mais somente em nível local, mas graças ao desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, também em nível global, acirrando a concorrência.

A maioria das empresas do APL são dependentes umas das outras, na verdade, a maior parte das empresas depende da CEB que

compra seus produtos, assim mantendo a rede unida. A rede é unida não pela solidariedade dos atores, pelo desejo e bondade em cooperar (soa romântico esta ideia e não é a toa que grande parte dos artigos que tratam do assunto, insiste neste pensamento), mas em razão de seus interesses. Portanto a partir do momento que estas empresas ampliarem seus mercados e encontrarem melhores mercados, a coesão na rede pode se romper, assim gerando uma estagnação ou rompimento na cooperação.

Porém a cooperação entre as empresas do APL quanto à pressão junto às políticas públicas, não se modifica, já que tanto o pequeno empresário, quanto o grande, entende a importância de ações em conjunto para alcançar benefícios aos seus negócios. Conseguir incentivos é do interesse de todos, no entanto, quanto a cooperarem com informação, isto pode ter um fim (já que informação pode significar poder e desenvolvimento), este fim pode estar relacionado com um aumento considerável dos preços quebrando os laços de “solidariedade” entre as empresas.

O APL conseguiu implantar leis, influenciar na abertura de cursos em faculdades, ganhar incentivos (terrenos, barracões, isenção de leis, e dinheiro), onde já se foi investido mais de R\$ 6 milhões, e como retorno gerou somente 200 empregos. Por que não se aprovou leis estabelecendo salários em conformidade com o lucro do empresário, menor jornada de trabalho, já que seu desenvolvimento é conseguido com recursos do povo? Por que não se estabeleceu leis que geram melhor distribuição de renda?

Desta forma conclui-se que o APL de Campo Mourão tem grande influência no município, a ponto de aprovar leis que beneficiam seus interesses, conseguindo o acesso aos recursos em todas as esferas do poder público, municipais, estaduais e até federais, recursos que poderiam ser aplicados em outros setores da sociedade aumentando a qualidade de vida das pessoas, neste sentido o Estado não se torna ausente, ele se omite quanto ao interesse da população e se torna mais forte para a economia dominante. (SANTOS, 1997)

NOTAS

ⁱ Geógrafo; Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, campus de Rio Claro).

E-mail: tiago.porto@hotmail.com

ⁱⁱ Geógrafa; Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, campus de Campo Mourão/Fecilcam).

E-mail: terraava@hotmail.com

¹ Aparelho que objetiva substituir a função do rim, que é, basicamente, a de funcionar como um filtro do sangue.

² Autoclave é um aparelho utilizado para esterilizar artigos através do calor úmido sob alta pressão.

³ Tradução livre - “Eu defino o Distrito Industrial como uma entidade socioterritorial a qual é caracterizada pela presença ativa das pessoas da comunidade e as pessoas das empresas e uma área natural e histórica”.

⁴ Profilaxia é a aplicação de meios tendentes a evitar as doenças ou a sua propagação, neste caso há a produção de aparelhos que esterilizam os instrumentos médico-odontológicos.

⁵ Dialisador é o filtro utilizado no processo de filtragem na hemodiálise, aqui se fabrica um produto que purifica este filtro para que o mesmo possa ser utilizado novamente.

⁶ Autoclaves são aparelhos utilizados para esterilizar artigos médicos ou odontológicos.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO). Disponível em <<http://www.abimo.org.br/novo>>. Acesso em 01 de novembro de 2010.

BECATTINI, Giacomo. *Industrial District: A new approach to industrial change*. USA: Edward Elgar publishing limited, 2004.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COLAVITE, Ana Paula. *Contribuição do Geoprocessamento para criação de roteiros Turísticos nos Caminhos de Peabiru – PR*. Londrina, 2006. Disponível na Internet em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/GEOGRAFIA/Teses/Colavite_Ana_P_Me_

2006.pdf.part>. Acesso em 09 de Dezembro de 2010.

COLUNA DO ELY. Disponível em <<http://www.colunadoely.com.br/>>. Acesso em 15 de Setembro de 2010.

CRISTÓFOLI Equipamentos de Biossegurança - Disponível na Internet em <http://www.cristofoli.ind.br>>. Acesso em 19 de junho de 2010.

DOE - DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Disponível em <http://www.campomourao.pr.gov.br/oom/download/2008/Jornal_1172.pdf>. Acesso em 22 de Setembro de 2010.

DOE - DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Disponível em <http://www.campomourao.pr.gov.br/oom/download/2008/Jornal_1176_Edicao_Extra.pdf>. Acesso 20 de em Setembro de 2010.

DOE - DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Disponível em <http://www.campomourao.pr.gov.br/oom/download/2009/Jornal_1271.pdf>. Acesso em 20 de Setembro de 2010.

DOE - DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. Disponível em http://campomourao.pr.gov.br/oom/download/2009/Jornal_1301.pdf>. Acesso em 20 de Setembro de 2010.

FINEP. Disponível em <<http://www.finep.gov.br/>>. Acesso em 01 de Outubro de 2010.

FUNDAÇÃO EDUCERE. Disponível em <<http://www.educere.org.br/>>. Acesso em 15 de Outubro de 2010.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto, 2006.

HARVEY, David. *A Produção do Espaço Capitalista*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível na Internet em <<http://www.IBGE.com.br>>. Acesso em 20 de julho de 2010.

IPARDES/SEPL. *Relatório 1- Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e Apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais no Estado do Paraná*. Etapa 1. Curitiba, maio 2005.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à Cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

O LIBERAL. Disponível em <http://www.oliberalnanet.com.br/campo_mourao/article/noticias/923/>. Acesso em 21 de Setembro de 2010.

TERRITÓRIO SELVAGEM. Disponível em <http://www.territorioselvagem.org.br/index.php?Itemid=54&id=49&option=com_content&task=view>. Acesso em 29 de Novembro de 2010

Maybuk, Sérgio Luiz. *A dinâmica do APL de insumos e equipamentos médicos, odontológicos, hospitalares de Campo Mourão-PR*. CURITIBA 2009.

MASSON-VICENT, Michele. *Governance and Geography Explaining the importance of Regional Planning to Citizens, Stakeholders in their living space*. Boletim de la A.G.E., número 46. 2008. Págs 75 a 95. France. Disponível em <<http://age.ieg.csic.es/boletin/46/21-governance.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2010.

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO. Disponível em <<http://www.campomourao.pr.gov.br/>>.

O Liberal. Disponível em <http://www.oliberalnanet.com.br/campo_mourao/>. Acesso em setembro de 2010.

PINTO, Georges José. Município, descentralização e democratização do governo. *Caminhos de geografia. Revista on line Programa de pós-graduação em geografia*, vol.3, n.6, pp.01-21, 2002.

PORTER, Michael. *Competição: Estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

POLETTO, Emílio Rafael. O desenvolvimento territorial e a promoção dos Arranjos produtivos locais (apls): uma aproximação Geográfica. *OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia*, v.1, n.1, pp.58-83, jan. 2009.

POULANTZAS, Nicos (Org.). *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

POULANTZAS, Nicos (Org.). *A crise do Estado*. Braga/Portugal: Moraes Editores, 1979.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REDE APL. Disponível em <<http://www.redeapl.pr.gov.br/arquivos/File/ProgDesAPLInsumosEquipMedCampoMourao.pdf>>. Programa de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Insumos e Equipamentos Médicos de Campo Mourão. Acesso em 01 de Novembro de 2010.

REVISTA ELETRÔNICA DA UNICAMP. Disponível em <<http://www.inovacao.unicamp.br/report/news-fundacaoeducere.shtml>>. Acesso em 01 de novembro de 2010.

RIBEIRO, Wagner Costa. A quem interessa a globalização. *Revista ADUSP*, n.2, pp.01-21, 1995.

SANTANA, Mario Rubens Costa. Caráter territorial urbano das redes. *Diálogos & Ciência, revista da rede de ensino FTC*. Ano v, n. 11, pp.01-12, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Os Tempos e os Territórios da Colonização Italiana*. Porto

Alegre: EST edições, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: A formação Social Como Teoria e Como Método*. *Boletim Paulista de Geografia*, 54, pp.81-100, 1977.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. Da política dos estados à política das empresas. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, 3(6), pp.9-23, jul/dez. 1997.

SEBRAE. Disponível em <http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=36&cod=10322570&indicador=290>>. Acesso em 10 Outubro de 2010.

SENAI, Disponível em <http://www.pr.senai.br/News227content114242.shtml>>. Acesso em 12 outubro de 2010.

Rede APL Paraná - Instrumentos médicos-odontológicos de Campo Mourão. Curitiba-PR. Disponível em <http://www.redeapl.pr.gov.br>. Acesso em 14 de maio de

2010.

SPÓSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2004.

SPÓSITO, Eliseu Savério. *Redes e cidades*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

TRIBUNA DO INTERIOR. Disponível em <http://www.tribunadointerior.com.br/campo-mourao/noticias/2992/>>. Acesso em 10 Outubro de 2010.

TV CIDADE SUL. Disponível em <http://www.tvcidadesul.com.br/masterConteudo.php?idC=1&idN=196>>. Acesso em 15 de agosto de 2010.

TV RURAL. Disponível em <http://www.tvrural.com/noticia.asp?id=9660>>. Acesso em 25 de setembro de 2010